

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 03/10/2013 - Edição 912

Pagamento de empregados da Elfort é garantido graças à luta do Sindicato



O Sindicato dos Vigilantes da Paraíba (Sindvig-Pb), em mais uma demonstração do trabalho incansável realizado em defesa dos interesses da categoria, conseguiu garantir o pagamento do salário do mês de agosto e dos vales alimentação dos meses de agosto e setembro para os trabalhadores da empresa Elfort que prestam serviço ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 13ª Região. O juiz da 5ª Vara do Trabalho da Capital, Paulo Henrique Tavares da Silva, concedeu liminar assegurando esses itens e o TRT já foi notificado para cumprir a decisão.

Em ofício assinado pelo juiz e enviado ao TRT 13 é feita a solicitação de que no prazo máximo de cinco dias

(completados no dia 1º de outubro) fosse promovida a retenção e depósito em conta judicial em relação às faturas retidas administrativamente e das quantias necessárias para o pagamento dos salários dos empregados da Elfort. “Não é possível que os empregados vinculados à prestadora fiquem sem receber salários”, afirmou Tavares no documento.

Segundo o presidente do Sindvig-Pb, Antônio Bezerra de Souza, o TRT alega que está aguardando que a empresa envie a folha de pagamento para que o repasse seja feito. “Não podemos esperar mais tempo. Até quando o Tribunal vai esperar o pronunciamento da Elfort? Dia 5 já vence outro mês e até agora os trabalhadores não receberam”, afirma. Uma reunião com o advogado da entidade está marcada para as 15h desta quinta-feira (3) para decidir quais serão os próximos passos em relação a este assunto.

Fonte: CNTV

Escolta armada convive com risco nas rodovias

Empresas de transportes têm adotado os vigilantes de escolta armada como medida para evitar os altos prejuízos com a crescente modalidade do roubo de carga ou de valores. Com a aproximação do Natal, aumenta a circulação de produtos nas estradas e o risco para os vigilantes. Conforme o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Uberaba, Região e Vale do Rio, Ricardo Teixeira, os vigilantes de escolta armada convivem com vários fatores de risco nas rodovias. “O problema é com a sobrecarga de horas trabalhadas, o armamento ser inferior ao dos bandidos e o veículo não ser blindado. Por isso, estamos lutando para que a categoria tenha mais segurança e horário para descansar. Os principais alvos são os caminhões com produtos eletrônicos. Para se ter uma ideia, o número de ataques aumentou em cerca de 25%. É preciso mudar a lei para dar mais segurança aos vigilantes, como, por exemplo, permitir a blindagem dos carros comuns e ter veículos mais potentes”, enfatizou.

Ele lembra que os vigilantes visam garantir a integridade do seu patrimônio, utilizando viaturas identificadas, rastreadas por satélite e equipamentos de segurança ostensivos de última geração, além dos agentes serem altamente treinados e qualificados para atuarem em situações de risco. “O exercício da atividade de vigilante de escolta armada dependerá de autorização prévia do Departamento de Polícia Federal. A escolta armada vem para dificultar ao máximo o roubo de carga, já que, além de outras medidas preventivas, a presença de vigilantes armados inibe a ação desses bandidos, que, hoje, fazem parte de quadrilhas que obtêm informações e se preparam para agir de maneira eficiente. Por isso, os vigilantes necessitam de maior segurança”, concluiu. Fonte:

Jornal de Uberaba

JBS condenada em R\$ 9 milhões por danos morais coletivos



O grupo JBS foi condenado a pagar 9 milhões de reais por danos morais coletivos após violar diversos direitos trabalhistas e expor empregados da unidade frigorífica da cidade de Juruena, localizada a 740 quilômetros

de Cuiabá, a condições inadequadas de trabalho, sob riscos de acidentes e de contrair doenças. A condenação ocorreu em três processos, julgados recentemente pela juíza Mônica do Rêgo Barros Cardoso, em atuação na Vara do Trabalho de Juína.

Entre as denúncias narradas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), autor das três ações civis públicas que resultaram nas condenações, os trabalhadores estavam expostos ao vazamento do gás amônia, almoçavam em local sem a mínima higiene, expostos a insetos de um lixão vizinho à empresa, trabalhavam em jornadas superiores a 10 horas diárias e não possuíam Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) suficientes, entre outras irregularidades.

As ações, atualmente conduzidas pela procuradora do Trabalho

Fernanda Alitta Moreira da Costa, foram resultado de inspeção realizada no frigorífico pelo procurador Jefferson Luiz Maciel Rodrigues, do MPT em Alta Floresta, em novembro do ano passado.

Em dezembro, a juíza Claudirene Ribeiro, titular da Vara, concedeu liminar pleiteada em um dos processos e suspendeu o funcionamento da caldeira da unidade. O setor apresentava uma série de problemas que colocavam em risco trabalhadores do setor e de todo o complexo industrial, entre eles, iluminação e saída de emergência inadequados, técnicos sem capacitação e até mesmo vazamento de gás amônia, utilizado na refrigeração. Desde então, a empresa optou por fechar a unidade por tempo indeterminado.

Fonte: TRT-MT

Vigilantes de Alagoas realizam protesto contra roubos de arma



Integrantes do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas realizaram, na manhã desta quinta-feira (3), um protesto em frente ao Palácio do Governo, no centro de Maceió. Eles exigem uma audiência com o governador Teotonio Vilela Filho

(PSDB) para cobrar mais segurança para a atuação da categoria, que sofre constantes roubos de arma enquanto trabalham.

De acordo com a secretária-geral do sindicato, Mônica Lopes, já foram notificados mais de 60 casos de roubos em todo o estado, só este ano. "O alto número de roubos de armas que a classe sofreu este ano nos assusta. Desde o início do ano até esta terça-feira (1º) já foram 67", explicou.

Ainda segundo Mônica, a categoria pede celeridade nas investigações da morte do vigilante do 1º Centro de Saúde de Maceió, Almiro Pereira de Melo, de 27 anos, que foi vítima de latrocínio no último dia 26.

Mônica também destacou que alguns vigilantes são colocados para trabalhar em funções que não condizem com a classe. "Temos companheiros que são colocados para ir em filas pagar contas, levar encomendas, entre outras coisas, mas isso é errado porque não condiz com a função deles", ressaltou.

O vigilante Jurandir Valério do Nascimento conta que já passou por momentos de tensão enquanto trabalhava. "Só não levaram a arma porque eu reagi. Mas essa não foi a primeira vez que fui ameaçado. Queremos melhores condições de trabalho, porque do jeito que está não dá. Trabalhamos com medo".

Fonte: G1

EMBAIXADA INDENIZARÁ VIGILANTE QUE TRABALHOU 23 ANOS SEM DIREITOS

Tribunal Superior do Trabalho confirma que Arábia Saudita vai ressarcir empregado que trabalhou na representação por 23 anos sem receber por férias, horas extras e 13º salário. Um imóvel no Lago Sul, em Brasília, será leilado para quitação das dívidas.

Uma casa da Arábia Saudita no Lago Sul, em Brasília, será penhorada para quitar os direitos trabalhistas nunca honrados a um ex-vigilante brasileiro que trabalhou na embaixada do país durante 23 anos. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) entendeu que, como o imóvel em questão não é mais utilizado para fins diplomáticos, perdeu a proteção da imunidade estabelecida pela legislação internacional. Se a defesa da representação não fizer acordo ou recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), a residência, localizada na QI 7 do Lago Sul, será

leilada para o pagamento de quase R\$ 125 mil em dívidas trabalhistas. O valor devido será abatido do preço da venda e o restante será devolvido aos ex-proprietários da casa.

A ação corre na Justiça desde 2005, quando Valdeci Paulo Bezerra foi demitido sem justa causa após passar um mês afastado do ofício em função de problemas na coluna. Na sessão do último dia 25 de setembro, a 4ª Turma do TST confirmou as decisões dadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT). Ao julgar o agravo de instrumento impetrado pela defesa da representação diplomática, os ministros refutaram a argumentação da Arábia Saudita de que a decisão do TRT afrontou o Artigo 31 da Convenção de Viena, que restringe a execução de bens usados para fins diplomáticos.

O ministro relator do caso, Eizo Ono, explicou que o tratado “nada dispõe sobre a possibilidade ou não de penhora de bens de Estado estrangeiro não afetos à função diplomática ou consular, que é a matéria em controvérsia”, afirma. A defesa de Valdeci demonstrou que a casa está desocupada e inutilizada para fins da atividade há mais de 10 anos. Quando o vigilante foi contratado, em 1982, ele atuava ali, na segurança da residência oficial do embaixador. “Não raras vezes, a proteção diplomática é evocada indevidamente. E a imunidade não é absoluta. Considero essa decisão do TST um marco na jurisprudência nacional”, elogia Aldenor de Souza e Silva, defensor de Valdeci.

Fonte: Portal Vermelho

Mobilizações convocadas pela CUT barram votação do PL 4330

As seguidas mobilizações dos trabalhadores e de seus sindicatos, em Brasília, convocadas pela CUT, viraram o jogo e conseguiram garantir que o projeto de lei 4330 não será mais votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados. Acordo neste sentido foi fechado entre dirigentes da CUT, a liderança do governo e do PT. Qualquer tentativa de votação será barrada na CCJC.

O presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, classificou o acordo como uma importante vitória. “A CUT mobilizou as categorias em todo o país e unificou os esforços dos mais diversos setores da sociedade contra esta tentativa de legalizar a precarização do trabalho. Viramos o jogo conseguindo evitar a aprovação do PL, o que seria uma grande tragédia para os trabalhadores”, afirmou. Trabalhadores de diversas categorias participaram, também, enviando e-mails à bancada de deputados federais do Rio de Janeiro, exigindo o arquivamento do 4330. O Sindicato dos Bancários fez um banner que percorreu vários bairros,

com as fotos dos parlamentares da CCJC, indicando quem estava contra e quem estava a favor da proposta.

Mobilização

O projeto de lei 4330, de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), acaba com os atuais limites impostos à terceirização. Com isto, categorias inteiras, como a dos bancários, por exemplo, poderiam ser substituídas por empresas terceirizadas. Isto significaria a precarização ainda maior das relações de trabalho, com redução de salários, maiores jornadas, piores condições de trabalho e menos direitos. Por trás do projeto estão as empresas de todos os setores, inclusive, claro, os banqueiros.

O diretor do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e secretário de Relações do Trabalho da CUT/RJ, Marcello Azevedo, também comemorou o acordo. “Travar o projeto foi, sem dúvida, uma importante vitória conquistada pela pressão dos trabalhadores, que foram às ruas, fizeram paralisações, ocuparam por diversas vezes a frente do Congresso Nacional e

a sala da CCJC, impedindo que o PL fosse votado”, afirmou O sindicalista acrescentou, no entanto, que é preciso continuar vigilante. “É importante manter a pressão, permanecer monitorando de perto a CCJC e a Câmara dos Deputados para evitar manobras que viabilizem a votação da proposta. A orientação da liderança do governo e do PT é obstruir qualquer tentativa neste sentido”, explicou.

Audiência na Alerj

Como forma de debater o PL 4330, a Comissão de Trabalho da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), convoca diversas entidades representativas da sociedade para uma audiência pública, na próxima segunda-feira, às 14 horas. A iniciativa é do presidente da comissão, deputado Paulo Ramos (PDT-RJ). Além da CUT e demais centrais sindicais, sindicatos, como o dos Bancários, entidades representativas de juristas, foram convidados para a audiência entidades patronais, como a Fenaban, Sindicato dos Bancos e Firjan.

Fonte: Sindicato dos Bancários do RJ

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo



site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF